

HABEAS CORPUS Nº 504.692 - MG (2019/0108145-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : IGOR AMARAL DA COSTA E OUTRO
ADVOGADOS : GLAUCO MURAD MACEDO - MG107331
IGOR AMARAL DA COSTA - MG191820
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LEONARDO CUSTODIO BARRETO DIAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor **LEONARDO CUSTÓDIO BARRETO DIAS** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, os impetrantes alegam que: **a)** "não há indicativo de autoria de traficância, sendo cristalino que o paciente é usuário de drogas há mais de 15 (quinze) anos (CAC fl. 38), a quantidade de droga apreendida é ínfima (180g de maconha), em condições tais que não se pode sequer presumir a destinação ao tráfico: ausência de fracionamento, apetrechos ou materiais para embalagem" (e-STJ, fl. 9); **b)** "a decisão que decretou a segregação cautelar não apontou sequer um fundamento concreto para justificar a medida gravosa" (e-STJ, fl. 10); **c)** "o paciente possui emprego lícito, primariedade, bons antecedentes, residência fixa" (e-STJ, fl. 23).

Pleiteiam a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente ou a substituição dela por medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

No caso, o paciente teve a custódia cautelar decretada pelos fundamentos a seguir reproduzidos:

"Com efeito, o crime em apuração é grave, notadamente pelo *modus operandi* (quantidade de droga), inclusive sendo realizado entre municípios vizinhos, havendo prova suficiente de sua existência e indícios da autoria imputada ao flagrantado.

[...]

Ademais, o deferimento momentâneo da liberdade também poderá influir negativamente na condução da investigação penal. Isso porque, levando em conta que foram encontradas anotações com contabilidade do tráfico, mencionando o nome de diversas pessoas, tem-se que este

poderá influir de forma negativa na instrução processual" (e-STJ, fl. 26).

No caso, entendo que a segregação cautelar do paciente não está suficientemente fundamentada, se considerarmos a pequena quantidade de entorpecente apreendida - 181,26g (cento e oitenta e um gramas e vinte e seis centigramas) de maconha (e-STJ, fl. 30) - bem como suas circunstâncias pessoais favoráveis, como primariedade e bons antecedentes.

Assim, o Juízo de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva do paciente, não observou o art. 312 do CPP, que dispõe: "a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria."

Nesse contexto, deve ser concedido ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade.

A propósito:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. TENTATIVA DE INGRESSO DE ENTORPECENTES EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. O Magistrado de primeiro grau não apontou nenhum elemento concreto que, efetivamente, evidenciasse poder a paciente, solta, colocar em risco a ordem pública ou a ordem econômica, ou mesmo se furtar à aplicação da lei penal.

3. Logo, não havendo notícia de que a indiciada seja pessoa voltada à prática de crimes nem muito menos de que possa interferir na instrução criminal ou evadir-se do distrito de culpa, não se justifica a imposição de prisão cautelar à acusada, conquanto ela deva sujeitar-se ao processo criminal e a, eventualmente, ser punida por conduta que, à evidência, encontra gravosa tipificação penal (tentativa de ingresso de drogas em estabelecimento prisional - 281,9 g de maconha).

4. Ordem concedida para assegurar à insurgente o direito de responder à ação penal em liberdade se por outro motivo não tiver de estar presa, ressalvada a possibilidade de nova decretação da custódia cautelar caso efetivamente demonstrada a superveniência de fatos novos que indiquem a sua necessidade, sem prejuízo de fixação de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal."

(HC 488.164/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)

"*HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revele a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas e vazias sobre a gravidade do crime. Precedentes do STF e STJ.

4. Na espécie, a medida constritiva da liberdade foi preservada pelo Tribunal impetrado sem apontar elementos concretos, colhidos do flagrante, relativos à conduta perpetrada pelo paciente, que demonstrem a indispensabilidade da medida restritiva da liberdade, nos termos do art. 312 do CPP. Mesmo a quantidade de droga mencionada (**cerca de 68,51g de maconha**) não pode ser considerada relevante a justificar a prisão, valendo ressaltar, ainda, que os outros fragmentos de vegetais apreendidos sequer foram identificados como entorpecentes. Precedentes.

5. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para assegurar a liberdade provisória ao paciente, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas nos incisos I e IV do art. 319 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras que o Magistrado processante julgar pertinentes."

(HC 341.054/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 01/02/2016, grifou-se.)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, **concedo** a ordem, de ofício, para revogar a prisão preventiva imposta ao paciente, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a critério do Juízo de primeiro grau.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Manhuaçu.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator